

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ



Processo N.º 486/24
Rubrica
Fls. 2

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: acac531f-c5d5-4054-9bbc-1c1ec3f15149

Protocolo: Processo Requerimento Nº 004686/2024

Data: 28/02/2024 14:50:27

Origem: SINGULAR DE FRIB. ESP. FAC. E SEGURANÇA LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Contato: SINGULAR DE FRIB. ESP. FAC. E SEGURANÇA LTDA

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: MATEUS DE CASTRO

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
----	--------	---------	--------------	----------

Prefeitura Municipal de
Nova Friburgo
MATEUS DE CASTRO
PREGAO

Segue protocolo para as devidas providências.

Enviada

Gerado por: mateusprotocolo@hotmail.com Página 1 de 1 28/02/2024 14:50

GRUPO SINGULAR
CNPJ/MF 40.956.540/0001-68
Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro
Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Pregão Eletrônico nº 276/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para os serviços de: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos; Apoio a Segurança Não Armada para eventos; Locação de Banheiro Químico para eventos e Lavatório Portátil para eventos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura, pelo período de 01 (um) ano.

SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA, nome fantasia: *Grupo Singular*, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.956.540/0001-68, inscrição estadual: 11.992.668, inscrição municipal: 102.429.427-53, com sede na Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro, Nova Friburgo-RJ, representada neste ato por seu sócio administrador, **CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade de nº 11.395.583-5, inscrito no CPF sob o nº 052.161.307-80, telefone de contato (22) 99972-4606, por intermédio de sua procuradora subscrita, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023 – PMNF

em face do Edital de Pregão Eletrônico – Processo Licitatório nº 276/2023, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

Processo Nº. 4686 / 24
Rubrica
Fls. 3



1. DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão do item 25, do Edital de nº 276/2023, qualquer pessoa do povo é legítima a propositura de impugnação ao edital, devendo esta ser protocolada no prazo de até três dias úteis antes da abertura do certame. Considerando que a Requerente é empresa legalmente constituída e que o prazo de impugnação se exauri somente no dia 1º/03/2024, conclui-se que os pressupostos de tempestividade e legitimidade estão devidamente preenchidos.

2. DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO INDEVIDA

Da Impossibilidade De Atuação Da Segurança Privada Em Espaços De Uso Comum Do Povo

O Edital de nº 276/2023, traz em seu anexo I, Apêndice B, lote 02 "Apoio a Segurança Não Armada", as exigências técnicas que a empresa licitante vencedora deve comprovar no momento do certame. Dentre a documentação necessária, a entidade requer a apresentação de relação mínima de 10 (dez) profissionais com CNV (carteira nacional de vigilante) expedida pelo Departamento da Polícia Federal (item 4.2) e autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal conforme Portaria 18.045/2023 (item 4.4).

Ocorre que estas exigências não coadunam com a legislação pátria vigente, sendo certo que ao vigilante patrimonial, bem como, a empresa de segurança privada, é proibida a atuação em espaços de uso comum do povo, sendo esta atribuição exclusiva dos agentes de segurança pública.

Este é o entendimento da Polícia Federal do Brasil, exarado no Parecer nº 14508025/2020-DELP/CGCSP/DIREX/PF, segundo o qual:

2. Inicialmente, para melhor contextualizar o desempenho das atividades de segurança privada, há que se destacar que referida **é vedada em espaços de uso comum do povo**, tais como ruas, avenidas, praças, calçadas, estacionamentos públicos ou qualquer outro espaço similar, protegidos, em princípio, pelas forças públicas de segurança pública.

3. Com efeito, esta Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos (CGCSP) tem o entendimento de que a vigilância patrimonial privada somente pode ser realizada, nos termos da Lei nº 7.102/83, Decreto nº 89.056/83 e Portaria nº 3.233/12-DG/DPF, em estabelecimentos, privados ou públicos. Nestes locais podem ser utilizados, inclusive, armas não letais, desde que respeitados os requisitos expressos na citada Portaria (...).

7. Nessa linha de ideias, forçoso concluir, portanto, que a atividade de vigilância patrimonial pode ser realizada, de forma armada ou desarmada, a depender do interesse do contratante, em estabelecimentos públicos ou privados, observando-se, **entretanto, os limites internos desses estabelecimentos. Naturalmente, a atuação dos vigilantes deve ficar restrita ao estabelecimento do contratante, local de sua posse ou propriedade, não podendo abarcar espaços públicos.**

(grifos no original)

No Parecer nº 1757/13-DELP a Coordenação-Geral De Controle De Segurança Privada, não somente demonstra que a atuação de vigilantes em espaços públicos é proibida, como também, apresenta a sanção imposta as empresas que, mesmo devidamente autorizadas a funcionar pela Polícia Federal, exerçam atividades fora de estabelecimentos fechados. In verbis:

12. Os limites territoriais/geográficos a serem verificados na prestação de vigilância privada armada ou desarmada do local, inclusive na realização de rondas, devem se cingir ao limite do estabelecimento do contratante, **não sendo permitido aos vigilantes a realização de rondas ou outros serviços de vigilância em áreas públicas de uso comum do povo** como se fossem força ostensiva e de preservação da ordem pública. (...)

14. Note-se que a empresa especializada em segurança privada que for flagrada realizando atividades de vigilância patrimonial fora dos limites do estabelecimento da contratante, restará incurso nas penas do art. 171, inciso XXVI, da Portaria nº 3.233/12 - "executar atividade econômica diversa da segurança privada, conforme definição do art. 10 da Lei nº 7.102, de 1983" - sem prejuízo de eventual anotação penal por usurpação de função pública e porte ilegal de armas.

Vale ressaltar, que as determinações legais mencionadas acima, pertinentes a Portaria de nº 3.233/12, foram integralmente reproduzidas na Portaria nº 18.045/2023, não havendo inovação quanto a estas normas.

Importante frisar que não há óbice legal à contratação destes profissionais pela Administração Pública, o que se proíbe é a prestação de seus serviços em locais públicos de uso comum do povo. Desta forma, tanto os bens de uso especial, quais sejam, aqueles destinados ao cumprimento de funções públicas (como exemplo, as repartições públicas, rodoviárias, entre outros) quanto os bens dominicais, ou seja, aqueles que integram o patrimônio da Administração Pública, poderão ser objeto de vigilância patrimonial.

Entretanto, nota-se da leitura do item 5, do Estudo Técnico Preliminar - Apenso ao Anexo I, no qual a entidade licitante lista os eventos para os quais os serviços licitados estão sendo contratados, que estes ocorrem invariavelmente em locais abertos, ou na terminologia utilizada pela Polícia Federal, em espaços de uso comum do povo, sejam estes, praças públicas, ruas, ou estacionamento públicos, nos quais, torna-se impossível o estabelecimento de um perímetro determinado e fechado que permita a atuação de profissionais da segurança privada.

A vedação em comento não é despropositada, uma vez que tem por objetivo a preservação da integridade física dos populares já que, aos vigilantes, falta capacitação técnica para oferecer a manutenção da ordem pública através de policiamento ostensivo, funções especialmente conferidas unicamente à Polícia Militar, pelo art. 144,



§ 5º da Constituição Federal, visto que esta intimamente ligada ao conceito de segurança nacional.

Sendo ilegal a atuação dos profissionais de vigilância nos eventos previstos, conclui-se que a exigência de apresentação das carteiras de vigilante também se encontra eivada do vício da ilegalidade, uma vez que há ilame lógico entre o requerimento e o serviço a ser prestado, representando tão somente critério tendente a frustrar o caráter competitivo da licitação.

Neste interm, a exigência de que as empresas licitantes apresentem autorização de funcionamento expedida pela DPF, para empresas privadas que exercem atividade de segurança privada, constitui ilegalidade ainda mais evidente, uma vez que estas empresas sequer podem atuar nos espaços públicos já mencionados.

As exigências de habilitação nos processos licitatórios devem ter como parâmetro fundamental o art. 37, XXI, da Constituição Federal, que limita as exigências de qualificação técnica e econômica às 'indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações', com o objetivo de evitar a restrição da competitividade do certame.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A taxatividade do rol de documentos destinados à habilitação dos licitantes é também reforçada pela doutrina, a exemplo do que dispõe Margal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 306):

"O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação, exija a comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos."

Por sua vez, o Art. 9º da Lei 14.133/21 transcreve a vedação da restrição do caráter competitivo.

E vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

(...)

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;

(grifos nossos)

Ora, a consequência direta das exigências em comento será tão somente a limitação de participantes, indo em contramão ao objetivo real do processo licitatório e dos princípios que norteiam todo ordenamento, quais sejam:

"Princípio da Competitividade: Tem como objetivo alcançar a proposta mais vantajosa para a administração pública. Serve para que a administração pública consiga alcançar o melhor contrato através da promoção e ampliação do acesso ao processo licitatório.



GRUPO SINGULAR
CNPJ/MF 40.956.540/0001-68
Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro
Nova Friburgo – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo Nº. 4686/17
Rubrica
Fls. 9

Princípio da Legalidade: É a regra básica quanto ao direito público, segundo a qual o exercício do poder pelos órgãos do Estado deve ser absolutamente de acordo com o direito. Todos procedimentos estão dependentes ao comando da lei e às exigências do bem comum.

Princípio da Igualdade: Helly Lopes remete a esse princípio "um impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desigale os iguais ou iguale os desiguais."

O edital em tela tal como publicado impede a participação de empresas que já prestam o objeto licitado, e que comprovam licitadamente sua capacidade de prestar o serviço licitado de forma satisfatória através da apresentação do Atestado de Capacitação Técnica, o que é um total descaso, cercando desta forma a ampla concorrência – objetivo maior do processo licitatório.

Por todo o exposto, temos que as exigências de apresentação de lista de vigilantes com CNV, bem como, autorização de funcionamento expedida pelo DPF para empresas de segurança privada, não encontram respaldo legal em nenhum dos dispositivos da Lei 14.133/21 e que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, ou, requisito para contratação, por não possuir conexão com o objeto específico do contrato, devendo, portanto, serem rechaçadas.

3. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, com base nos fatos e fundamentos expostos, a Impugnante vem mui respeitosamente perante o nobre pregoeiro(a), requerer o que segue:

a) Seja conhecido e deferido o pedido de impugnação;



GRUPO SINGULAR
CNPJ/MF 40.956.540/0001-68
Rua Souza Cardoso, nº 04, Centro
Nova Friburgo - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 28625-520

Processo N.º 4686 / 2023
Fls. 30

- b) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, com a consecutiva exclusão das exigências dos subitens 4.2 e 4.4, do Anexo I, Apêndice B: (4.2) relação mínima de 10 (dez) profissionais com CNV (carteira nacional de vigilante) e (4.4) autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal conforme Portaria 18.045/2023
- c) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública respeitando o prazo mínimo legal.

Nestes termos,
aguarda deferimento.

Nova Friburgo, 28 de fevereiro de 2024.


GRUPO SINGULAR

THAIS HONÓRIO TEIXEIRA
OAB-RJ 177.243

Empresa: SINGULAR DE FIBURGOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILIDADES E SEGURANÇA LTDA
NIRE: 32.1126402-1 Protocolo: 06-2021/039194-4 Data do protocolo: 22/02/2021
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 23/02/2021 SOB O NÚMERO 33211264021, 00004019965 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 37897DBRFBF0B0A000000000000000000000000

06-2021/039194-4



Nome:	
Assinatura:	
Telefone de contato:	
E-mail:	
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	12/02/2021
Data da 1ª entrada:	

Requerente

[illegible]

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITES E SEGURANÇA LTDA

Ilmo Sr. Presidente da Junta Commercial do Estado do Rio de Janeiro

REQUERIMIENTO

Tipa Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

NIKE (A SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Simplificação
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



Sincomércio Nova Friburgo

Data de criação do protocolo na web: 12/02/2021 15:33:06

06-2021/039194-4

Nº do Protocolo

Rubrica

515.

Processo Nº. 4689/74

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITTES E SEGURANÇA LTDA

1. **CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA**, nacionalidade Brasileira, Casado, Comunhão Parcial de Bens, nascido em 10/06/1980, Empresário, inscrito no CPF nº. 052.161.307-80, Identidade nº. 113955835, órgão expedidor IEP-RJ residente e domiciliado no(a) RUA OSWALDO CRUZ, 102, CASA 02, BRAUNES, NOVA FRIBURGO, RJ, CEP 28.610-450 constituem uma sociedade limitada, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A sociedade adota o nome empresarial SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITTES E SEGURANÇA LTDA, tendo como título de estabelecimento GRUPO SINGULAR, com sede e domicílio na RUA SOUZA CARDOSO, 04, CENTRO, NOVA FRIBURGO, RJ, CEP 28.625-520. Podendo, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante simples deliberação dos sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA - A sociedade tem por objeto:

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ELETRÔNICO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA OUTRAS OBRAS DE INSTALAÇÕES EM CONSTRUÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS AUTOMOTORES COMÉRCIO POR ATAQUE DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS TELEFONIA E COMUNICAÇÃO SERVIÇOS DE REBOQUE DE VEÍCULOS OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO ESPECIALIZADAS SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS NÃO ESPECIALIZADAS ANTERIORMENTE LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS, EXCETO CONDOMÍNIOS PREDIAIS ATIVIDADES DE LIMPEZA PARA ESPECIALIZADAS ANTERIORMENTE ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NÃO ESPECIALIZADOS ANTERIORMENTE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICAÇÃO

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

8020-0/01 - Atividades de Monitoramento de Sistemas de Segurança Eletrônica
4321-5/00 - Instalação e Manutenção Elétrica
4329-1/99 - Outras Obras de Instalações em Construções não Especializadas Anteriormente
4530-7/01 - Comércio por Atacado de Peças e Acessórios Novos para Veículos Automotores
4652-4/00 - Comércio Atacadista de Componentes Eletrônicos e Equipamentos de Telefonia e Comunicação
4752-1/00 - Comércio Varejista Especializado de Equipamentos de Telefonia e Comunicação
5229-0/02 - Serviços de Reboque de Veículos
6190-6/99 - Outras Atividades de Telecomunicações não Especializadas Anteriormente
6209-1/00 - Suporte Técnico, Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação

Viabilidade: RJP2100034651 DBE: RJ421657450005216130780



Página: 2/5

Projetos, engenharia, atendimento ao sistema e ao usuário (local e remoto) e on site a usuários, programas, controles de acesso, relatórios, banco de dados, usuários e operações diversas no sistema, atendimento técnico especializado e continuado.

Forneçimento de equipamentos, tais como: máquinas computadores /CPU (todos os modelos e marcas, completas ou não), armários de distribuição e rack (diversos), aparelhos, impressoras (todos os modelos e marcas, completas ou não), sistemas de controle de acesso e de monitoramentos específicos e afins, insumos, placas, peças, componentes diversos, ferramentas, fontes, cabecamentos específicos.

4. Serviços especializados e técnicos em Sistemas de Sinais; Sinalizações; painéis diversos, Semaforicos de Trânsito; Cancelas, Catracas e Controles de Acesso.

Descrições dos serviços: Instalação, implantação, locação, expansão, reforma, migração, treinamento, conservação, remanejamento, integração, apoio, gestão, consultoria, suporte, configuração, engenharia de tráfego, assistência especializada, operação de sistemas, acompanhamento, manutenção preventiva, corretiva, programada, elaboração, execução de projetos, engenharia, atendimento ao sistema e ao usuário (local e remoto) on site a usuários, controles de acessos e operações diversas no sistema, atendimento técnico especializado e continuado, sinalização diversas, viárias.

Forneçimento de equipamentos, tais como: Máquinas de comando, todos os modelos e marcas, completas ou não), placas semafóricas, sinalizadores, sinais diversos, aparelhos, equipamentos diversos de controle de acesso e de monitoramentos específicos e afins, insumos, placas, peças, componentes diversos, ferramentas, fontes, cabecamentos específicos, circuitos, materiais de diversos modelos e marcas e os específicos.

5- Serviços especializados e técnicos em sistemas e redes elétricas, pontos de iluminação, públicos, urbano, rural, predial, empresarial, residencial, alta e baixa tensão, estruturas, no-breaks, transformadores, baterias, e quadros elétricos interligados.

Descrições dos Serviços: Instalação, implantação, locação, expansão, migração, reforma, conservação, remanejamento, integrações, apoio, gestão, consultoria, suporte, configuração, engenharia de tráfego, assistência especializada, operação de cargas, distribuição, assistência técnica, suporte, configuração, engenharia de projetos, execução de projetos, engenharia, atendimento ao sistema e ao usuário (local e remoto), atendimento técnico especializado e continuado, atuação específica e técnica em redes diversas.

Forneçimento de equipamentos, tais como: Máquinas de comando, (todos os modelos e marcas, completas ou não), placas, aparelhos, sinalizadores, sinais diversos, equipamentos específicos e afins, insumos, placas, peças, componentes diversos, terminais diversos, ferramentas, fontes, cabecamentos específicos, circuitos, materiais de diversos modelos e marcas e os específicos.

6- Forneçimento de serviços especializados: Atendimento técnico, apoio, treinamento, administrativo, operacional, assessoria, manutenções prediais, almoxarifado, recepção, assistência técnica, operações desconhecidas ou continuadas, urbanas, atividades, agentes recebedores, marcadores, serviços e atendimentos diversos de limpeza diversas e urbanas, asseso, varreduras, raspagem, conservação, higienização em geral, podas, insumos, varrição, copelagem, recolhimento, transporte, remoção e destinação final de resíduos diversos, entulhos específicos, insular e outros pertinentes, coleta seletiva, portaria, segurança, rondas, vigilância armada e desarmada, patrimonial, empresarial, pessoal, carga, empilhadeiras, atendimentos diversos receptivo, ativo, eletrônicos, presencial, remoto, auxiliares viários.

7- Forneçimento de equipamentos: Materiais, ferramentas, insumos, utensílios diversos e outros pertinentes e necessários a realização dos serviços contratados.

8- Serviços de locação de equipamento e de veículos específicos: Cestos aéreos, munck, rebocues, plataformas, carro forte, trôs, serviços de locação de banheiros químicos, gratis, sonorização, armações metálicas.

Viabilidade: RJP2100034651 DBE, RJ421657450005216130780



Processo N.º 4686/24
Rubrica 8
Fls. 26
em duração por tempo

CLAUSULA QUARTA - O capital social é R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) dividido em 20.000 (VINTE MIL) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (UM REAL), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, MOEDA CORRENDE NO PAÍS (REAL), distribuído entre os sócios da seguinte forma:

indeterminado.

Nome dos Sócios	CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA	TOTAL

CLÁUSULA QUINTA - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é limitada a sua participação no capital social e todos respondem solidariamente pela parcela do capital não integralizada.

CLÁUSULA SÉTIMA - A administração da sociedade caberá ao sócio CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA, com todos os poderes e atribuições necessários à administração e representação da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, em conjunto ou individualmente, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

ARTIGO OTAVO - A sociedade está dispensada da realização de reuniões e assembleias e de publicações, exceto no caso de exclusão por justa causa ou quando um ou mais sócios ponham em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade, quando deverá ser realizada reunião, com a convocação de todos os sócios, através de notificação extrajudicial ou por outro meio que comprove o recebimento da convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

ARTIGO PRIMEIRO. A convocação será dispensada quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, clientes do local, data, hora e ordem do dia.

artigo segundo. Toma-se dispensável a reunião quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.

LAUSILA NONA - As decisões dos sócios serão tomadas por escrito, por deliberação da maioria do capital social.

LAUSULA DÉCIMA - O exercício social é de doze meses, encerrando-se no dia 31 de dezembro do ano. No final do exercício, o(s) administrador(es) elaborará o relatório da administração, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, os quais deverão se assinados pelo(s) administrador(es) e um contabilista habilitado submetidos à aprovação dos sócios.

LAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios liberarão sobre as contas do exercício anterior e designarão administradores(es), quando for o caso.

ARTÍCULO DECIMA SEGUNDA - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de *pro* para o(s) socio(s) administrador(es), observadas as disposições regulamentares pertinentes.

ANUVA DÉCIMA TERCEIRA - No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando suas atividades com os sócios remanescentes. A critério do(s) sócio(s) remanescente(s), os sucessores poderão vir a compor a sociedade, inexistindo interesse do(s) sócio(s) falecido ou interdiçado em ingressar na sociedade, o valor dos haveres, proporcionais à participação da sociedade na data do evento, será apurado em balanço especial, levantado com base na situação patrimonial da sociedade na data do evento, e posto à disposição dos sucessores, o qual será considerado, para todos os efeitos, um

Idade: RJP2100034651 DBE: RJ421657450005216130780

crédito contra a sociedade, a ser pago em dinheiro.

CLÁUSULA QUARTA - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, que não estão impedido(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o foro de Nova Friburgo - RJ para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento, em 1 via(s).

NOVA FRIBURGO, 12 de fevereiro de 2021

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA
CPF nº. 052.161.307-80

Viabilidade: RJP2100034651 DBE: RJ4216574500005216130780



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADAstro NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ
PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte
órgão:
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



PROTOCOLO REDESIM
RJP2100034631

01. IDENTIFICAÇÃO
NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITES E
SEGURANÇA LTDA
Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ *****

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO
101 Inscrição de primeiro estabelecimento
Quadro de Sócios e Administradores - QSA
Número de Controle: RJ42165745 - 00005216130760

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA
NOME
CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA
CPF 052.161.307-80
LOCAL
DATA 12/02/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL
Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 26.961.836/0001-46
Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir



Pag. 9/9

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITES E SEGURANÇA LTDA
NIRE: 332.1126402-1 Protocolo: 06-2021/039194-4 Data do protocolo: 22/02/2021
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 23/02/2021 SOB O NÚMERO 33211264021, 00004019965 e demais
constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 37897DB8FDD084D90AE882ADB53CE82213FCB72846F412CE320804A7A315B8630
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Deferido em 02/02/2023 e arquivado em 02/02/2023

ॐ नमो भगवते वासुदेवाय

[illegible]

CERTIFICADO O DEFERIMENTO POR MARCELO RODRIGUES ALVES PASTURA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

002

Eventos

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITES E SEGURANÇA LTDA

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

QUESTION

Microimpresa

Porte Empresarial

33.2.1126402-1

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)



BUCCERIA



00-2023/100638-1
JUCERJA

Nº do Protocolo

Rubrica

PLS

PROCESSO Nº. 9226/90

Orgão	Calculado	Pago
Junta	439,00	439,00
DNRC	0,00	0,00

Hash: 1C9DD4CD-4023-4A40-B412-AB2E9DA2F3C5

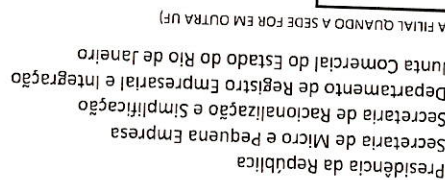
SEGUROANÇA LTDA

SEGUROANÇA LTDA

NIRE: 33.2.1126402-1

Último arquivamento: 0000401065 - 05/05/2017

00-2023/100638-1



ipo Juridico

tipo jurídico

Sociedade empresária limitada

orte Empresarial

Microempressa

REQUERIMIENTO

Imo Sr. Presidente da Junta Commercial do Estado do Rio de Janeiro

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Requerente

Nome:	Vinicius do Couto Sousa
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2225229038
E-mail:	Vinicius@sousaaccounto.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	02/02/2023
Data da 1ª entrada:	

Data

02/02/2023

Rio de Janeiro

00-2023/100638-1



Nº do Protocolo

00-2023/100638-1

Rubrica

02/02/2023 09:

JUCERJA

Último arquivamento:

00004019965 - 23/02/2021

WIRE: 33.2.1126402-1

LTD A

boleto(s): 104282001

ash: 1C9DD4CD-4023-4A40-B412-AB2FE9DA2F3C5

Rubrica

02/02/2023 09:

JUCERJA

Último arquivamento:

00004019965 - 23/02/2021

WIRE: 33.2.1126402-1

LTD A

boleto(s): 104282001

ash: 1C9DD4CD-4023-4A40-B412-AB2FE9DA2F3C5

**SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM
FACILITIES E SEGURANÇA LTDA**
CNPJ: 40.956.540/0001-68
NIRE: 33.2.1126402-1

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 10.06.1980, portador da cédula de identidade nº 11.395.583-5 expedida pelo IFP-RJ e inscrito no CPF sob o nº 052.161.307-80, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, 102 - Casa 02 - Brunes - Nova Friburgo-RJ - CEP. 28.610-450;

Único sócio da *Sociedade Empresária Limitada* sob o nome empresarial SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA, com sede e foro na Rua Souza Cardoso, 04 - Centro - Nova Friburgo-RJ - CEP. 28.625-520, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 23.02.2021 sob o NIRE nº 33.2.1126402-1 e inscrita no CNPJ sob o nº 40.956.540/0001-68;

Resolve alterar o contrato social, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

I. ALTERAÇÃO DE OBJETO SOCIAL

A partir da presente data, a sociedade passa a ter por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (8020-0/01); instalação e manutenção elétrica (4321-5/00); obras de instalações em construções (4329-1/99); atividades de telecomunicações (6190-6/99); suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (6209-1/00); atividades profissionais, científicas e técnicas (7490-1/99); serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais (8111-7/00); atividades de limpeza (8129-0/00); preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (8219-9/99); atividades de vigilância e segurança privada (8011-1/01); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01).



CNPJ: 10.621.721/0001-72
CRC-RJ: 004709/0-1

II. ALTERAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

O capital, totalmente integralizado, que era de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) passa a ser de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. O aumento é totalmente subscrito e integralizado pelo sócio, em moeda corrente do país.

Parágrafo Único: A responsabilidade do sócio é restrita ao valor das quotas integralizadas no capital social, na forma do artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

III. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

O sócio resolve consolidar o contrato social da seguinte forma:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM
FACILITIES E SEGURANÇA LTDA**
CNPJ: 40.956.540/0001-68
NIRE: 33.2.1126402-1

CLÁUSULA PRIMEIRA - SÓCIO E NOME EMPRESARIAL

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 10.06.1980, portador da cédula de identidade nº 113955835 expedida pelo IFF-RJ e inscrito no CPF sob o nº 052.161.307-80, residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, 102 - Casa 02 - Braunes - Nova Friburgo-RJ - CEP. 28.610-450;

Único sócio da *Sociedade Empresária Limitada* sob o nome empresarial **SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA** e nome fantasia **GRUPO SINGULAR**.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE E FORO

A sociedade tem sede e foro na Rua Souza Cardoso, 04 - Centro - Nova Friburgo-RJ - CEP. 28.625-520.

Processo N.º 4686/24
Rubrica
Fls: 03

CNPJ. 10.621.721/0001-72
CRC-RJ. 004709/0-1



Parágrafo Único: A sociedade poderá abrir onde convier, filiais, escritórios de representação e outras dependências quando assim entender o sócio.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: monitoramento de sistemas de segurança eletrônico (8020-0/01); instalação e manutenção elétrica (4321-5/00); obras de instalações em construções (4329-1/99); atividades de telecomunicações (6190-6/99); suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (6209-1/00); atividades profissionais, científicas e técnicas (7490-1/99); serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais (8111-7/00); atividades de limpeza (8129-0/00); preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo (8219-9/99); atividades de vigilância e segurança privada (8011-1/01); serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (8230-0/01).

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) representado por 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelo sócio, em moeda corrente do país.

Parágrafo Único: A responsabilidade do sócio é restrita ao valor das quotas integralizadas no capital social, na forma do artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA QUINTA - ADMINISTRAÇÃO E USO DO NOME EMPRESARIAL

A administração da sociedade é exercida pelo sócio CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA. Este tem poderes e atribuições de representá-la ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, sempre na defesa dos interesses sociais, sendo de sua única e exclusiva competência os negócios patrimoniais, trabalhistas, previdenciários, tributários, financeiros, comerciais e todos os demais atos necessários à gestão da sociedade. Responderá, quando for o caso, pelos excessos que vier a cometer, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, o seu uso em atividades estranhas ao interesse social.

Parágrafo Primeiro: Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato os atos e operações que poderão praticar e sua duração. No caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Processo N.º	4686/24
Rubrica	
Fis.	94

Parágrafo Segundo: Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Terceiro: O uso do nome empresarial é privativo do administrador, o qual responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este instrumento contratual ou determinações da lei.

Parágrafo Quarto: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à sociedade, o uso do nome empresarial para fins e objetivos alheios às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos, mesmo que em benefício do sócio.

Parágrafo Quinto: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, virtude de condenação criminal ou por encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, fé pública ou a propriedade, conforme o artigo 1.011, § 1º da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SEXTA - RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Em decorrência das atividades prestadas à sociedade, o sócio administrador terá direito a remuneração a título de "pró-labore". Esta será fixada anualmente, de acordo com as disponibilidades financeiras da sociedade, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade tem duração por prazo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA - FALECIMENTO, IMPEDIMENTO OU INSOLVÊNCIA

Falecendo ou interdito o sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA NONA - EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS PATRIMONIAIS

Fica estabelecido que, a apuração do resultado financeiro e do balanço patrimonial da sociedade ocorrerá anualmente e coincidirá com o término do ano civil, ou seja, em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Primeiro: Verificado o resultado econômico do ano fiscal, caberá ao sócio os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Segundo: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO DA SOCIEDADE

A sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante. Solvidas as dívidas, extintas as obrigações e dissolvida a sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 1.053 da Lei 10.406/2002, observar-se-á, na omissão do diploma legal nominado e deste contrato, as normas da Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6.404/1976, aplicáveis supletivamente às Sociedades Limitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO E DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o foro da cidade de Nova Friburgo-RJ, com renúncia expressa de todos os outros, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento contratual.

Nova Friburgo, 02 de fevereiro de 2023.

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA



Processo Nº. 4686 / 24
Rubrica
Fls. 27

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA, NIRE 33.2.1126402-1, PROTOCOLO 00-2023/100638-1, ARQUIVADO EM 02/02/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005298669, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	124.026.837-83
Nome	VINICIUS DO COUTO SOUSA

02 de fevereiro de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho

Secretário Geral
Jorge Paulo Magdaleno Filho

Hash: E1C5AE8A-BC7A-41B8-9660-EA784F939088

Boleto(s):

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA

NIRE: 33.2.1126402-1

00005298669 - 02/02/2023

Último arquivamento:

JUCERJA

2024/00091697-1

Nº do Protocolo


Orgão	Calculado	Pago
Junta	460,00	460,00
DNRC	0,00	0,00

Processo Nº 4686/24

Rubrica

Fis. 58

Unitta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresas Atenuantes de Riscos e Seguranças Ltda
NIRE: 332.112642-1 - Protocolo: 2024/00091697-1 Data de protocolo: 16/01/2024
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 17/01/2024 SOB O NÚMERO 00006037625 e demais constantes do termo de
autenticação.
Autenticação: 28A1E399E219F057ED37314461A08AD4549C05228B01652A1634052AC2E25569
Para validar o documento acesse <https://www.jucija.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe

Nome:	CARLOS EDUARDO SANCHES FERREIRA
Assinatura:	
Telefone de contato:	(22) 2521-0853
E-mail:	carloto@geosofinguaire.com.br
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	16/01/2024
Data da 1ª entrada:	

Requerente

[illegible]

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

REQUERIMIENTO

Microempresa	
Porte Empresarial	
Sociedade empresária limitada	
Tipo Jurídico	

33.2.1126402-1

MIRE (OA SEDE OU BA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



Nº do Protocolo

Processo Nº. 4686/84
Rubrica 8
Fls. 98

2024/00091697-1

Data de criação do protocolo na web: 16/01/2024
11:40:26

Sincomercio Nova Friburgo

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA, brasileiro, casado, pelo regime comunal parcial de bens, empresário, nascido em 10/06/1980, filho de Maria Lucy Sanches Pereira e José Carlos Santiago Pereira, portador da Carteira de Identidade nº 113955835 expedida pelo IFRJ e do CPF nº 052.161.307-80; residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 102 - Casa 02 - Bairro: Braunes - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28.610-450; **TIPOLOGIA PESSOA FÍSICA** da **SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**, que gira sob a denominação social de **SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA**, com sede em Nova Friburgo - RJ, na Rua Souza Cardoso, nº 04 - Bairro: Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28.625-520, devidamente registrada e arquivada na Juceria - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 33.2.1126402-1, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.956.540/0001-68 tem entre si, justo e contratado, esta 2ª alteração do Contrato Social, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

I - DA ALTERAÇÃO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto social passará a ser a Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; instalação e manutenção elétrica; outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente; outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; suporte técnico; manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; atividades de vigilância e segurança privada; serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; atividades de limpeza não especificadas anteriormente; preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis.

II - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL:

CLÁUSULA ÚNICA - O capital social que era de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), já subscritas e integralizadas, passa a ser de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real) cada uma. O sócio **CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA**, brasileiro, casado pelo regime comunal parcial de bens, empresário, nascido em 10/06/1980, filho de Maria Lucy Sanches Pereira e José Carlos Santiago Pereira, portador da Carteira de Identidade nº 113955835 expedida pelo IFRJ e do CPF nº 052.161.307-80; residente e domiciliado na Rua Osvaldo Cruz, nº 102 - Casa 02 - Bairro: Braunes - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28.610-450, integraliza e subscrive na sociedade mais 100.000 (cem mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, sendo representadas neste ato pelo valor montante de R\$ 100.000,00 (cento mil reais) em moeda corrente deste país.

1/5



Pág. 3/7

Empresa: SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA
CERTEFICO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2024 SOB O NÚMERO 00006037625 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 2b41cfe99e219f0507ED37314461A08AD45490C052D801652A1634052ACE24569
Para validar o documento acesse <https://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Processo Nº 4686/24
Fls. 38
Rubrica

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA

Parágrafo Único: – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

III – Em consequência da alteração ocorrida, resolve consolidar o contrato social, passando, portanto, a sociedade a reger-se pelas cláusulas e condições a seguir redigidas, ficando revogadas todas as cláusulas anteriores.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA DENOMINAÇÃO: – A sociedade, constituída sob a forma de sociedade limitada unipessoal, de nome empresarial SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA é regida por este instrumento de constituição e considerando a disposição constante do parágrafo único do art. 1.052 do Código Civil e em obediência ao contido na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 63, DE 11 DE JUNHO DE 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE SOCIAL: – A sociedade limitada unipessoal possui sua sede no endereço: na Rua Souza Cardoso, nº 04 – Bairro: Centro – Nova Friburgo - RJ – CEP: 28.625-520.

Parágrafo Único: – A sociedade adota o nome fantasia de GRUPO SINGULAR.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO OBJETO SOCIAL: O objeto social passará a ser a Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico; instalação e manutenção elétrica; outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente; outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; atividades de vigilância e segurança privada; serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais; atividades de limpeza não especificadas anteriormente; preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda móveis.

CLÁUSULA QUARTA- DA DURAÇÃO: O prazo de duração é indeterminado, iniciando suas atividades a partir do registro do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA- DO CAPITAL SOCIAL: O capital social é R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas; de valor nominal R\$ 1,00 (hum real) cada uma, cujo capital é totalmente subscrito e integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, pelo sócio único, conforme distribuição descrita em seguida:



[Handwritten signature]



SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

SINGULAR DE TRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA – subscreve e integraliza na empresa 200.000 (duzentas mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, o montante no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), é integralizado neste ato em moeda corrente deste país;

PARÁGRAFO PRIMEIRO- A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social, conforme artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incommunicabilidade e impenhorabilidade.

CLÁUSULA SEXTA- A administração da sociedade limitada unipessoal caberá o sócio **CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA**, qualificado no preâmbulo deste instrumento, para o que está dispensado da prestação de caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao administrador da sociedade limitada unipessoal compete o uso da firma e a representação da sociedade, podendo para tanto realizar individualmente todos os atos necessários ou convenientes para gerenciar, dirigir e orientar os negócios da sociedade e os assuntos relacionados à mesma, podendo abrir, encerrar e movimentar contas bancárias, assumir obrigações, assinar e celebrar contratos, firmar compromissos profissionais de âmbito nacional ou internacional, confessar dívidas, fazer acordos, transigir, renunciar, desistir, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, representar a sociedade perante terceiros, no Brasil ou no exterior e perante repartições públicas federais, estaduais, e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, estabelecimentos bancários, instituições financeiras, Caixas Econômicas, e respectivas agências, filiais, sucursais ou correspondentes, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como para representar a sociedade ativa e passivamente, em juízo e fora dele, podendo ainda, constituir mandatários e outorgar procurações com poderes específicos.

PARÁGRAFO SEGUNDO– Faculta-se sócio único administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificados no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO TERCEIRO– Poderão ser designados administradores não sócios, na forma prevista no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002.

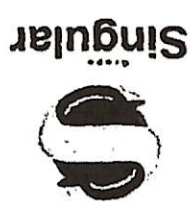
3/5



Pág. 5/7

Empresa: SINGULAR DE TRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA
NIRE: 332.1126402-1 Protocolo: 2024/00091697-1 Data do protocolo: 16/01/2024
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 17/01/2024 SOB O NÚMERO 00006037625 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 2B41CF99E219F0507ED37314461A08AD45490C052D801652A1634052AC24569
Para validar o documento acesse <https://www.jucefa.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n.º de protocolo.





CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Falecendo ou interditado o sócio único da sociedade, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e/ou sucessores do incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a levantar balanços ou balanços intermediários em qualquer período do ano calendário, observadas as disposições legais, podendo inclusive, distribuir os resultados se houver e se for de interesse do titular, inclusive a obrigação de reposição dos lucros, se os mesmos forem distribuídos com prejuízo do capital, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, será procedido à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço econômico, cabendo sócio único, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Esta sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou no exterior mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA OITAVA: O sócio único administrador declara sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade, conforme previsão do artigo 1.011 parágrafo 1º da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA: O sócio único administrador fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

PARÁGRAFO QUINTO: É absolutamente vedado, sendo nulo e ineficaz em relação à sociedade, o uso do nome empresarial para fins e objetivos alheios às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de serviços, fianças e outros atos, mesmo que em benefício do sócio.

PARÁGRAFO QUARTO: O uso do nome empresarial é privado do administrador, o responde solidária e ilimitadamente por culpa ou dolo, pelos atos praticados contra este instrumento contratual ou determinações da lei.

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANÇA LTDA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

Processo N° 4686/24
Rubrica
Fls. 33



S/S

CARLOS EDUARDO SANCHES PEREIRA
CPF: 052.161.307-80
IDENTIDADE: 11.395.583-5 IEP/RJ

Nova Friburgo – RJ, 16/01/2024.

E por estar assim justo e contratado, obrigam-se por si, seus herdeiros ou mesmo sucessores a cumprir fielmente este ato que assinam em uma única via.

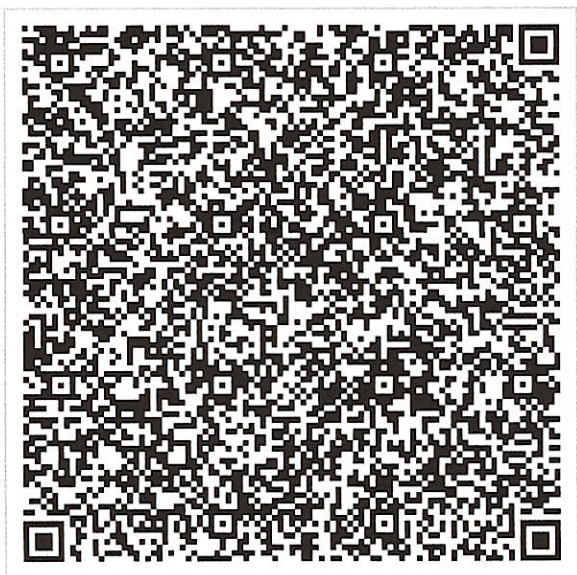
seja.
dos direitos e obrigações resultantes deste ato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Nova Friburgo – RJ, para o exercício e o cumprimento Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6.404/1976, aplicáveis supletivamente às Sociedades Limitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 1.053 da Lei 10.406/2002, observar-se-á, na omissão do diploma legal nominado e deste contrato, as normas da
integralmente incorporado ao patrimônio do titular.
liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será
nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que,

SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILIDADES E SEGURANÇA LTDA

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL

Processo N.º 4686/84
Rubrica 35



QR-CODE

SERPRO / DENATRAN

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2202-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Sertpro. As orientações para instalar o Assinador Sertpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < <http://www.sertpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

[illegible]

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 276/2023

Processo Licitatório nº: 22.400/2023

Processo de Impugnação nº: 4.686/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresas especializadas para os serviços de: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos, Apoio a Segurança Não Armada para eventos, Locação de Banheiro Químico e Lavatório Portátil para eventos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura.

IMPUGNANTE: SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA - CNPJ sob o nº 40.956.540/0001-68.

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVICOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E SEGURANCA LTDA, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/ 2023, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico nº 276/2023.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 4.686/2024
RUBRICA: FOLHA: 86

legal.
C) Que seja reaberto novo prazo para início da sessão pública, respeitando o prazo mínimo

18.045/2023;

funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal conforme Portaria (dez) profissionais com CNV (carteira nacional de vigilante) e (4.4) autorização de das exigências dos subitens 4.2 e 4.4, do Anexo I, Apêndice B: (4.2) relação mínima de 10

B) Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, com a consecutiva exclusão

A) Seja conhecido e deferido o pedido de impugnação;

06. Em face do exposto, requer:

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

rechçadas.
por não possuir conexão com o objeto específico do contrato, devendo, portanto, serem econômico-financeira e a regularidade fiscal ou trabalhista, ou, requisito para contratação, 14.133/21 e que regulam a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação segurança privada, não encontrariam respaldo legal em nenhum dos dispositivos da Lei com CNV, bem como, autorização de funcionamento expedida pelo DPF para empresas de 05. Em síntese, alega a impugnante que as exigências de apresentação de lista de vigilantes

II. DAS ALGAÇÕES DA IMPUGNANTE

alegação.
colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das 04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de Comissão de Pregão I

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCESSO Nº: 4.686/2024
RUBRICA: 37
FOLHA: 37



NOVA
FRIBURGO
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 4.686/2024
RUBRICA: 38 FOLHA: 38

IV. DO MÉRITO
Comissão de Pregão I

07 - Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, após análise, o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Informo que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 06 de março de 2024 e, caso necessário, será suspensa *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 28 de fevereiro de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matrícula: 206.934

Outrossim, o Parágrafo único do artigo em questão, ressalta que é necessário que o profissional tenha curso de extensão em segurança para eventos sociais, ministrado por

Impugnante.

É certo, que no artigo supramencionado, resta claro, que é possível a contratação de vigilância patrimonial em locais públicos, contrariando a alegação da empresa

prestada por vigilantes especialmente habilitados.

exposições, espaços culturais, arenas ou **outros locais, públicos** ou privados, deverá ser objetivo e possua duração delimitada no tempo, realizados em estádios, ginásios, **eventos sociais**, assim considerados aqueles que reúnem pessoas com o mesmo Portaria DPF nº. 3.233/12), está descrito que: "A **atividade de vigilância patrimonial em** não é relevante, vez que no artigo 19 da **Portaria DPF nº. 18.045/2023** (substituiu a não merece prosperar, tendo em vista, que o questionamento levantado pela Impugnante Após análise da peça de Impugnação, esta especializada entende que a mesma

SEGURANÇA LTDA.

Impugnação referente ao Edital de Licitação 276/2023, que foi apresentado pela empresa SINGULAR DE FRIBURGO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM FACILITIES E Encaminho à Douta Procuradoria Municipal o Processo Administrativo de

A Procuradoria Municipal,

Assunto:	Impunacão
De:	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
Data:	04/02/2024
Resposta ao PA	4.686/2024

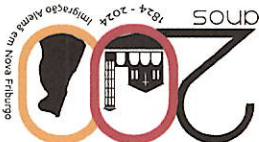
INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº 46.86

DIA 05/03/2024

Folha Nº 31 Rubrica 8

SECRETARIA
DE TURISMO E
MARKETING



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



Ozório Júnior Tardin da Silva
Subsecretário de Eventos
Mat.: 100.022

Por derradeiro, é importante sinalizar que a sessão do Pregão Eletrônico está agendada para acontecer no dia 06 de março de 2024.

Solicitamos, portanto, que analise o presente processo administrativo, emitindo parecer acerca da viabilidade e legalidade das alterações propostas.

Assim, reconhecendo, a expertise da Douta Procuradoria Municipal na interpretação e aplicação do ordenamento jurídico, gostaríamos de submeter o processo à sua análise e parecer, pois entendemos que a contribuição desta Procuradoria será de fundamental importância para garantir que as modificações propostas estejam em total consonância com as normas vigentes.

Mediante o exposto, serve a presente para suscitar dúvida em relação a razão da Impugnante, vez que, estamos inclinados a não acatar a sugestão de retificação do Edital, haja vista, a normativa vigente, buscando sempre a legalidade e lisura do certame.

que esta é realizada por vigilante patrimonial.

anexo I, Apêndice B, lote 02, quando se fala de "Segurança não armada", sendo certo, deverá cumprir as demais exigências descritas nos itens 4.2 e 4.4 do Edital n.º 276/2023, empresas de cursos de formação de vigilantes, ressaltando, que o profissional também

SECRETARIA
DE TURISMO E
MARKETING
PROCESSO Nº 4686
DIA 05/03/2024
Rubrica Nº 40



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



A Secretaria Municipal de Turismo, em manifestação de fls. 39/40, afirma que a impugnação não deve prosperar, tendo em vista que, de acordo com o art. 19 da Portaria DPF n. 18.045/2023 (que substituiu a Portaria DPF n. 3.233/12), é possível a contratação de vigilância patrimonial em locais públicos, contrariando a alegação da empresa impugnante.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 36/38, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Turismo para pronunciamento de ordem técnica.

Em síntese, a recorrente afirma às fls. 03/10 que as exigências técnicas previstas no item 4.2 (apresentação de relação mínima de 10 profissionais com Carteira Nacional de Vigilante) e item 4.4 (autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal conforme Portaria DPF 18.045/23) não coadunam com a legislação pátria vigente, sendo proibida a atuação de empresa de segurança privada em espaços de uso comum do povo, requerendo, portanto, a exclusão das mesmas.

Inicialmente, convém registrar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica na presente data.

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa requerente acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para a contratação, via registro de preços, de empresa especializada para os serviços de Bombeiro Civil - brigada de incêndio para eventos, apoio à segurança não armada para eventos, locação de banheiro químico e laboratório portátil para eventos.

I - RELATÓRIO

Requerente: Singular de Friburgo Serviços Especializados em Facilites e Segurança Ltda.
Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 276 de 2023 - Processo Licitatório n. 22400/2023

Processo: 4.686/2024

Folha 01 de 01
Rubrica

PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
PROCESSO N.º 4686
DIA 05/03/2024

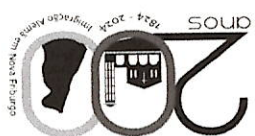


NOVA FRIBURGO
PREFEITURA





NOVA FRIBURGO
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA GERAL
D O C U M E N T O
46 36
DIA 05/03/2024

Afirma, ainda, que o parágrafo único do artigo em questão, no entanto, dispõe que é

necessário que o profissional tenha curso de extensão em segurança para eventos sociais, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilantes, ressaltando que o profissional também deverá cumprir as demais exigências descritas nos itens 4.2 e 4.4 do Anexo I, Apêndice B, lote 02, sendo certo que a "segurança não armada" é realizada por vigilante patrimonial.

Por fim, os autos foram encaminhados a esta Procuradoria para análise da legalidade.

É o relatório.

I - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 28/02/2024 é tempestiva, em conformidade com o art. 164, parágrafo único da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 06/03/2024.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 16 da IN n. 73/2022:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

§ 1º O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

§ 2º A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 17.

§ 4º As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em site eletrônico oficial do órgão ou da entidade promotora da licitação e no sistema, dentro do prazo estabelecido no § 1º, e vinculando os participantes e a Administração.

Neste ponto, verifica-se que a Comissão de Pregão I recebeu a impugnação, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Turismo para pronunciamiento de ordem técnica.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Turismo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame, mas tão somente sobre os aspectos jurídico-legais impugnados.

Neste ponto, verifica-se que a Secretaria Municipal de Turismo, em manifestação de fls. 39/40, respondeu a impugnação, entendendo que a mesma não deve prosperar, tendo em vista que, de acordo com o art. 19 da Portaria DPF n. 18.045/2023 (que substituiu a Portaria DPF n. 3.233/12), é possível a contratação de vigilância patrimonial em locais públicos, contrariando a alegação da empresa impugnante.

Pois bem. A matéria em questão foi objeto, em parte, da impugnação decorrente do Processo n. 1.484/2024 (apenso), onde restou comprovada a necessidade de autorização da Polícia Federal para as atividades de segurança privada, na forma da Lei n. 7.102/1983 e da Portaria 18.045/2023.

A Portaria n. 18.045, de 17 de abril de 2023, que disciplina as atividades de segurança privada, armada e desarmada, prevê a necessidade de autorização para as atividades de segurança privada, vejamos:

DIREITO ADMINISTRATIVO. EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA.
VIGILÂNCIA DESARMADA. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA
FEDERAL PARA FUNCIONAMENTO. LEI 7.102/1983.

Vale colacionar na íntegra o teor do referido Acórdão:

Por maioria, a corte decidiu que a Lei 7.102/83 deve ser interpretada de forma mais ampla. Segundo o relator do acórdão, desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, o texto legal não emprega o uso ou não de arma de fogo como critério para submeter a atividade à fiscalização especial da PF, além do que o artigo 10 da Lei 7.102/83 ampliou o conceito de 'serviço de segurança privada', amplificando-o para além da vigilância bancária e transporte de valores, afirmando que "O entendimento de que as seguradoras residenciais e comerciais sem utilização de armamento estariam à margem da lei além de ir contra os termos da própria lei, esvazia o seu sentido atual".

A jurisprudência também milita neste sentido, conforme acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em que a União recorreu ao tribunal contra a sentença que entendeu que, por não utilizar armamento, a empresa não precisaria ser submetida ao poder de polícia exercido pela PF, uma vez que a Lei 7.102/83 seria restrita à vigilância em estabelecimentos financeiros e a serviços de transporte de valores.

Art. 1º Disciplinar as atividades de segurança privada, armada e desarmada, desenvolvidas por empresas especializadas, por empresas que possuem serviço orgânico de segurança e por vigilantes que atuam nas empresas especializadas e nas empresas que possuem serviço orgânico de segurança, bem como regular a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 1º As atividades de segurança privada são:

I - autorizadas, controladas e fiscalizadas pela Polícia Federal; e

II - complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica.

§ 2º A política de segurança privada envolve a administração pública e as classes patronal e laboral, observados os seguintes objetivos:

I - dignidade da pessoa humana;

II - segurança dos cidadãos;

III - prevenção de eventos danosos e diminuição de seus efeitos;

IV - aprimoramento técnico dos vigilantes; e

V - estímulo ao crescimento das empresas que atuam no setor de segurança privada.

PROCESSO Nº 05/03/2024
DIA 05/03/2024
4686



1. A redação atual da Lei 7.102/83, que disciplina a atividade das empresas de segurança privada, é assistemática, apresentando conceitos sobrepostos e exigindo do intérprete grande esforço para apreender seu sentido e perceber alguma classificação que a lei tenha estabelecido para as diversas modalidades de serviços de segurança privada que sabemos podem ser oferecidas. De qualquer sorte, o texto legal não emprega o uso ou não de arma de fogo como critério para submeter a atividade à fiscalização especial da Polícia Federal. O art. 20 da Lei, por sua vez, estabelece a necessidade de autorização do Ministério da Justiça para funcionamento de 'empresas especializadas em serviços de vigilância', sem definir, contudo, o que sejam essas empresas. Assim, se a jurisprudência dominante se tem valido do uso ou não de arma de fogo na prestação do serviço de segurança para definir a necessidade ou não de autorização da Polícia Federal para funcionamento da empresa, esse critério certamente não emergiu diretamente do texto da lei.

2. O caráter assistemático do texto atual da Lei 7.102/83 é fruto de um processo de alargamento das atividades por ela disciplinadas ocorrido no início da década de 1990, em decorrência dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara de Deputados para investigar o extermínio de crianças e adolescentes, que funcionou entre 1991 e 1992, e que apurou a participação, nesse fenômeno, de empresas de segurança privada. Essas empresas, antes limitadas à vigilância bancária e à segurança no transporte de valores, atividades especificamente reguladas pela redação original da Lei 7.102/83, haviam expandido sua atuação para outras áreas, como segurança de estabelecimentos comerciais e de condomínios residenciais e segurança pessoal, em decorrência da insuficiência dos serviços de segurança pública.

3. A resposta do Poder Público à expansão desordenada das empresas de segurança privada foi disciplinar com rigor essas atividades, inserindo-as no regimento da Lei 7.102/83. Para tanto, a redação da lei foi alterada pela Lei 8.863/94, gestada nos debates parlamentares que se seguiram à CPI do extermínio de crianças e adolescentes.

4. Essa ampliação do espectro de atividades alcançadas pela Lei 7.102/83 foi obtida com a alteração substancial do seu art. 10, introduzindo na lei o conceito de 'serviço de segurança privada', conceito amplo que engloba, além da vigilância bancária e do transporte de valores, a segurança pessoal, residencial e de estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço, entidades sem fins lucrativos e órgãos e empresas públicas.

5. A introdução das outras atividades de segurança que não a vigilância bancária e o transporte de valores na disciplina da Lei 7.102/83, inclusive quanto à sujeição à fiscalização da Polícia Federal, fica evidenciada quando a Lei 8.863/94 redefine a figura do 'vigilante' que, com a nova redação conferida ao art. 15 daquela lei, passou a ser também quem exerce a atividade de segurança pessoal, residencial e de estabelecimentos comerciais, e não só quem cuida da segurança de instituições financeiras e de transporte de valores. O vigilante, segundo o art. 17 da lei, ressalte-se, deve ter prévio registro no Departamento de Polícia Federal.

6. É difícil sustentar-se que a empresa que presta serviço de segurança privada (mesmo que desarmada) para estabelecimentos comerciais e residências, mediante empregados qualificados na lei como 'vigilantes', não seja considerada 'empresa especializada em serviço de vigilância', e por isso não se enquadre na regra do art. 20 da Lei 7.102/83, que prevê necessidade de autorização da Polícia Federal para o funcionamento desse tipo de empresa.

ACÓRDÃO

ou não.

10. Em conclusão, devem prevalecer as disposições legais contidas no art. 20, c/c art. 10, §§ 2º e 3º, da Lei 7.102/83, que prevêem a necessidade de autorização da Polícia Federal para o funcionamento das empresas de segurança privada que se dediquem a prestar segurança pessoal, a eventos e a estabelecimentos comerciais ou residências, independentemente do serviço ser prestado por agentes armados

e a privada. locais, que poderiam levar àquele indesejado entrelaçamento entre a esfera pública distante e menos permeável às pressões e influências dos grupos de interesses (talís, como previsto na lei) a presença da fiscalização federal, normalmente mais outra ponta, a pior delas, a formação das milícias. Nesse quadro, é importante nas atividades de empresas de segurança privada, fazendo os chamados "bicos", Na mercado distorções importantes, como a participação de agentes das polícias locais condição de garantias da segurança das populações desprotegidas. Já temos nesse privados, seja pela formação de grupos privados para determinados grupos de segurança pública e da segurança privada, seja pelo direcionamento e afrouxamento pode estimular a confusão e o entrelaçamento entre as órbitas da segurança, trabalham seus agentes portando arma de fogo ou não. Esse conduza ao afrouxamento dos mecanismos de fiscalização sobre as empresas de 9. Não parece prudente, dada máxima venia, interpretar a lei de forma que nos segurança privada, diante da notória insuficiência dos recursos estatais.

segurança cresce e, com ela, se multiplicam os empreendimentos que oferecem pelos cada vez mais frequentes episódios de "justiçamento". A demanda por disputas entre facções criminosas, inclusive com execuções em áreas públicas, e resultado da expansão da criminalidade organizada e violenta, marcado pelas um quadro em que a violência contra a pessoa permeia o cotidiano da sociedade, adolescentes e se decidiu pelo alargamento da abrangência lei. Estamos diante de início da década de 1990, quando se instalou a CPI do extermínio de crianças e profissionalmente atividade de segurança privada, tal qual aquele verificado no social que exige severa fiscalização estatal sobre empresas e pessoas que exercem atual. Mas o que se pode ver é a permanência, senão o agravamento, de um quadro editada, a exigir do intérprete uma nova leitura da norma, conforme a realidade se vivenciássemos um quadro social completamente diverso daquele em que ela foi esvaziou seu sentido atual. Uma interpretação mais complacente da lei se justificaria critério para submeter a atividade à fiscalização especial da Polícia Federal), lei (que não emprega o uso ou não de arma de fogo no serviço de segurança como comerciais sem a utilização de armamento, além de ir contra os termos da própria empresas que prestam serviço de segurança residencial e a estabelecimentos 8. O entendimento de que estavam à margem das disposições da Lei 7.102/83 as supermercado), mantêm empregados para essa função.

7. Por outro lado, a regra do § 4º do art. 10 da Lei 7.102/83 não resolve em nada a aquela que, dedicando-se a atividade que não seja segurança (v.g., um na Polícia Federal, pois o comando não é dirigido a esse tipo de empresa, e sim contravérsia acerca da necessidade ou não de registro das empresas de segurança

Art. 19. A atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais, assim consideradas aqueles que reúnam pessoas com o mesmo objetivo e possuam duração delimitada no tempo, realizadas em estádios, ginásios, exposições, espaços culturais, arenas ou outros locais, públicos ou privados, deverá ser prestada por vigilantes especialmente habilitados. Parágrafo único. A habilitação especial referida no caput deste artigo corresponderá ao curso de extensão em segurança para eventos sociais, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilantes, em conformidade ao disposto neste normativo.

Sobre a matéria, o art. 19 da referida Portaria assim dispõe:

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:
I - vigilância patrimonial: atividade exercida em eventos sociais ou dentro de estabelecimentos urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

Com efeito, tratando-se de condição essencial para o funcionamento das empresas de segurança privada, deve ser exigida a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal, na forma do art. 1º, § 1º da Portaria n. 18.045/2023 e art. 14, I c/c art. 20, I, 'a' da Lei n. 7.102/1983, motivo pelo qual o item 4.4 está em consonância com a legislação vigente.

Registre-se, por oportuno, que o parecer da Polícia Federal citado pela impugnante (Parecer nº 14508025/2020) versa sobre a análise quanto à flexibilização da aplicação de serviços de vigilância, notadamente da Portaria n. 3.233/2012, cuja Portaria foi revogada pela Portaria n. 18.045, de 17 de abril de 2023, na forma do art. 205.

Quanto à realização de eventos em espaços de uso comum do povo, s.m.j., assiste razão à Secretaria Municipal de Turismo, eis que o § 3º, inciso I do art. 1º da Portaria n. 18.045/2023 conceitua a atividade de vigilância patrimonial como atividade de segurança privada, dentre elas, aquela exercida em eventos sociais, públicos ou privados:

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por maioria, vencido o relator, dar provimento à apelação da União e à remessa oficial, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 20 de outubro de 2015.

Verifica-se que o dispositivo legal estabelece a possibilidade de atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais em locais públicos, desde que prestada por vigilantes especialmente habilitados, cuja habilitação requer a formação em curso de extensão em segurança para eventos sociais, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilante, na forma prevista no parágrafo único.

Acerca do curso, o art. 151 prevê no inciso XI o curso de extensão em segurança para eventos sociais, bem como diversas disposições que devem ser observadas:

Art. 151. São cursos de formação, extensão e reciclagem:

(...)

XI - curso de extensão em segurança para eventos sociais.

(...)

§ 3º O curso de formação de vigilante será pré-requisito para os cursos de extensão e cada curso será pré-requisito para a reciclagem correspondente.

(...)

§ 5º O candidato aprovado fará jus ao certificado de conclusão do curso, emitido eletronicamente pela Polícia Federal e válido em todo o território nacional.

§ 6º O curso de formação habilitará o vigilante ao exercício da atividade de

vigilância patrimonial e os cursos de extensão habilitarão os candidatos para exercerem as atividades específicas de transporte de valores, escolta armada e segurança pessoal.

(...)

§ 11. Após a homologação do curso de formação pela Polícia Federal, a empresa de curso de formação deverá agendar o comparecimento do vigilante para coleta biométrica, que será realizada pelo setor responsável pelos procedimentos de identificação da Superintendência Regional da Polícia Federal local ou da unidade descentralizada da circunscrição da empresa de curso de formação.

Portanto, salvo melhor juízo, para o exercício da atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais é necessário que os profissionais, além de curso de formação de vigilante, tenham formação no curso de extensão em segurança para eventos sociais.

Quanto à Carteira Nacional de Vigilante, trata-se de documento de uso obrigatório pelo vigilante quando em efetivo serviço, conforme dispõe o art. 152 da Portaria n. 18.045/2023:

Art. 152. A CNV é de uso obrigatório pelo vigilante, quando em efetivo serviço, e nela constam:

i) a atividade de vigilância patrimonial é considerada como atividade de segurança privada, dentre elas, aquela exercida em eventos sociais, públicos ou privados, na forma do § 3º, inciso I, do art. 1º da Portaria n. 18.045/2023;

Diante de todo o exposto, apresenta-se as seguintes conclusões:

III - CONCLUSÃO

Assim sendo, s.m.j., a exigência contida no item 4.2 do Apêndice B do Termo de Referência (Anexo I) está em consonância com a previsão legal, não assistindo razão à impugnança.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Acerca da qualificação técnica, o art. 67 da Lei 14.133/2021 estabelece a possibilidade de exigência da indicação do pessoal técnico disponível para a realização do objeto da licitação, inclusive da qualificação de cada membro da equipe técnica que será responsável pelos trabalhos, vejamos:

O item 4.2 do Termo de Referência, Apêndice B, Lote 02, requer a apresentação da “relação mínima de 10 profissionais para atuação e coordenação dos demais profissionais”, acompanhada da cópia da “Carteira Nacional de Vigilante (CNV) ou Ata referente ao curso de vigilante, com seus respectivos prazos de validade vigentes ou certificado de reciclagem”.

I - os dados de identificação do vigilante; e

II - as atividades a que está habilitado o vigilante;

Parágrafo único. A CNV somente será expedida:

I - se o vigilante preencher os requisitos profissionais previstos no art. 150, e;

II - se possuir curso de formação, extensão ou reciclagem dentro do prazo de validade.



NOVA
FRIBURGO
PREFEITURA



PROCURADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO
05.03.2024
Folhas N.º 80 Rubrica 8

ii) para o exercício da atividade de vigilância patrimonial em eventos sociais é necessário que os profissionais, além do curso de formação de vigilante, tenham formação no curso de extensão em segurança para eventos sociais, conforme art. 19, parágrafo único e art. 151 da Portaria n. 18.045/2023;

iii) o item 4.4 está em consonância com a legislação vigente, eis que a autorização de funcionamento expedida pelo Departamento da Polícia Federal trata-se de condição essencial para o funcionamento das empresas de segurança privada, na forma do art. 1º, § 1º da Portaria n. 18.045/2023 e art. 14, I c/c art. 20, I, 'a' da Lei n. 7.102/1983;

iv) o item 4.2 está em consonância com a previsão legal, na forma do art. 67, III da Lei n. 14.133/2021, que possibilita a exigência da indicação e qualificação de cada membro da equipe técnica que será responsável pelo objeto lícito, sendo certo que a Carteira Nacional de Vigilante se trata de documento de uso obrigatório pelo vigilante, conforme dispõe o art. 152 da Portaria n. 18.045/2023.

Destarte, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, **opina-se pelo não acolhimento da impugnação, com a remessa dos autos à Secretaria de Turismo** para ciência e adoção das providências que entender cabíveis.

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

E como opina a Subprocuradoria de Processos Administrativos.

Nova Friburgo, 05 de março de 2024.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico de Processos Administrativos
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matrícula: 62.773

Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro
Telefone: (22) 2525-9100 – www.pmmf.rj.gov.br

Carlos Eduardo V. N. Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula: 63347 10

Ratifico o parecer *retro*, em sua integralidade. Pela remessa a Secretaria Municipal

de Turismo para prosseguimento.

PROCESSO N.º **HC 86**

DATA: **05/03/2024**

ASSINADO: **Sl Rubrica**

Carlos Eduardo Vila Nova da Veiga

Subprocurador de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula: 63.347

Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matrícula: 63.347

Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo
Mat: 062.790

Nova Friburgo/RJ, 05 de março de 2024

A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade vem por meio deste informar que, após análise e emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município, opinamos pelo não acolhimento da impugnação.

À Comissão de Pregão I

Processo Administrativo: Nº 4686/2024
Objeto: Contratação de empresas especializadas para os serviços de: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos, Apoio a Segurança Não Armada para eventos, Locação de Banheiro Químico e Lavatório Portátil para eventos.